

Laicidade e Educação

Entrevista com Cristiana Rosa Valença

*André Dionei Fonseca**

Bióloga com formação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e professora da área de biologia do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), na cidade do Rio de Janeiro, Cristiana Rosa Valença tem sido uma incansável estudiosa da laicidade e também, pode-se dizer, uma militante dessa causa, especialmente no âmbito da educação. Seu olhar acadêmico contemplou esse tema de modo detido em suas pesquisas de mestrado e doutorado realizadas no Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua dissertação, *Teoria da evolução: representações de professores-pesquisadores de biologia e suas relações com o ensino médio*, defendida em 2011, e sua tese, *Pesquisa-ação no ensino de biologia/evolução em duas escolas públicas do Rio de Janeiro: um processo em aberto*, concluída em 2018, permitiram que a professora Cristiana Valença compreendesse a fundo os desafios do ensino e da aprendizagem da teoria da evolução diante dos elementos socioculturais presentes nas escolas públicas do Rio de Janeiro. Fundindo saber acadêmico à prática cotidiana em sala de aula, nossa entrevistada teve destacada atuação como coordenadora do Observatório da Laicidade na Educação (OLÉ), vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), e, atualmente, como membro, continua desenvolvendo as mais diversas atividades de pesquisa e de extensão voltadas sempre e prioritariamente à defesa da educação laica.

Da maneira como andam as coisas em nosso país, não é preciso dizer muito sobre a importância do assunto-mote desta entrevista, e que não se entenda com isso que o tema da laicidade tenha tido algum dia o *status* de inatual na conformação histórica de nossa nação. O fato é que, na atual conjuntura política, muitos

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Professor adjunto do curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFOPA). Integra como pesquisador o Observatório da Laicidade na Educação (OLÉ), da Universidade Federal Fluminense (UFF); o Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) da UFOPA; e o Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (Cepres), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). É membro da Diretoria da Associação Brasileira de História das Religiões, Seção Norte. E-mail: andredionei@yahoo.com.br

grupos religiosos andam especialmente assanhados, mediante a possibilidade aberta com o resultado das últimas eleições, com a ideia de ocupar espaços públicos em favor de suas instituições e da perpetuação de seus credos no tecido social, como qualquer leitor medianamente informado bem o sabe. Movimentos como Escola Sem Partido e seus esbirros postos em moda recentemente são testemunhas de que nesse projeto de poder – acalentado por lideranças religiosas das mais diversas filiações e seus representantes bem colocados nos mais altos escalões do poder — a educação pública é tida como um campo estratégico de combate. Daí o porquê das inúmeras estocadas autoritárias que se veem noticiadas em todo o país pelo ativismo das casas legislativas municipais e estaduais, que, no mais explícito atropelo de princípios constitucionais axiológicos, querem constranger o ensino pela lógica indisfarçada da coerção.

No plano federal, as articulações são cada vez mais explícitas no sentido de intimidar os docentes das redes de ensino básico naquilo que tão cristalinamente está assegurado como premissa inalienável de nossa Constituição: a liberdade de ensinar. Evidentemente, não podemos apenas nos fiar no que está prescrito em nossa Carta Magna, pois, como todos sabemos, no prosaico cotidiano das redes sociais uma bem articulada rede de difamação tem atuado incessantemente, com suas frases de efeito, seus chavões fraudulentos e um papaguear falacioso que reputa aos professores “doutrinadores” todos os problemas da educação. É preciso que nos mobilizemos contra essa produção em série de mentiras que se firma em alegações mal informadas ou mal intencionadas — por que não? —, segundo as quais a inserção da religião (sempre a cristã, naturalmente) nas escolas seria a demiúrgica tábua de salvação diante dos gigantescos desafios educacionais que se nos impõem na atualidade.

Essas problemáticas e muitas outras estarão em tela na entrevista com a professora Cristiana Rosa Valença, que, mesmo diante das limitações tão próprias desse tipo de interlocução, que exige grande poder de síntese diante de assuntos abrangentes e complexos, colocou a serviço de nossos leitores e leitoras toda a sua vivência diária no ensino básico em articulação direta com uma sólida formação acadêmica forjada no exercício da pesquisa, a fim de estabelecer um abrangente painel sobre laicidade e educação nesse momento tão desafiador e de um cenário futuro tão enevoado.

André Fonseca: Professora, gostaria que a senhora iniciasse comentando sua formação acadêmica, especialmente a motivação que a levou, como bacharel e licenciada em ciências biológicas, ao tema da laicidade.

Cristiana Valença: O tema da laicidade apareceu de maneira mais contundente na pós-graduação, no mestrado e no doutorado, como consequência de meu objeto de pesquisa, o ensino da teoria da evolução. Penso que, em decorrência de um olhar mais crítico, propiciado tanto por leituras nas áreas da sociologia, da filosofia e da psicologia quanto pela experiência docente que fui adquirindo como professora da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro em um contexto escolar precarizado, o tema passou a ser de meu interesse. Em minha pesquisa de campo no doutorado, em uma escola localizada no Complexo do Alemão, um conjunto de favelas no Rio cujo entorno tem dezenas de denominações religiosas, influenciando o cotidiano escolar, me dei conta, de maneira mais clara, dos interesses e das implicações da presença das religiões nas organizações escolares.

André Fonseca: Aproveitando a menção a seus estudos de mestrado e doutorado, em 2011 a senhora concluiu sua dissertação, cujo título é *Teoria da evolução: representações de professores-pesquisadores de biologia e suas relações com o Ensino Médio*. Em 2018, doutorou-se com a tese *Pesquisa-ação no ensino de biologia/evolução em duas escolas públicas do Rio de Janeiro: um processo em aberto*, ambas defendidas no Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências e Saúde da UFRJ. Como surgiu seu interesse, no âmbito da pós-graduação, pela teoria da evolução e pelos elementos socioculturais envolvidos no ensino e na aprendizagem desse tema nas escolas públicas do Rio de Janeiro?

Cristiana Valença: Certos temas científicos, como origem e evolução da vida, centrais na área da biologia, têm encontro com as explicações religiosas trazidas pelos estudantes. Desde minha atuação como docente de ciências da rede privada e na rede municipal, busquei sempre abordar a ótica científica expondo as diferenças entre as esferas do conhecimento, isto é, a natureza da ciência e sua distinção para o senso comum, o conhecimento religioso e as demais formas de conhecimento, sem, no entanto, invalidar a bagagem trazida pelos estudantes para as salas de aula. É muito importante que nós, educadores, tenhamos essa sensibilidade de compreender que não podemos invalidar as visões trazidas pelos estudantes de seu mundo social, como as provenientes da família e dos templos, cultos ou quaisquer manifestações religiosas que frequentem. Temos que ter em mente que

não é possível, e muito menos profícuo, blindar as salas de aula de ciências e biologia para evitar polêmicas e o contraditório. Aliás, estabelecer um ambiente de reflexões e discussões respeitadas, aberto ao diálogo, é um caminho muito acertado para que os processos de ensino e aprendizagem sejam prazerosos e bem-sucedidos. Isso também não significa criar falsas controvérsias, como o sedutor embate ciência *versus* religião. Ciente disso, busquei me aprofundar no campo de estudos das mediações socioculturais das ciências e da saúde.

André Fonseca: A senhora foi coordenadora entre 2018 e 2019, e, atualmente, é colaboradora do OLÉ, que é um coletivo de professores(as), estudantes e militantes pró-laicidade do Estado que se encontra abrigado na Faculdade de Educação da UFF. O que poderia nos dizer sobre sua experiência na coordenação e como membro do OLÉ?

Cristiana Valença: Minha gestão durou cerca de um ano e meio dos dois estipulados em nosso estatuto, porque nesse período o OLÉ, que ora pertencera à UFRJ e estava funcionando como um coletivo independente, passou por um processo de reinstitucionalização. É importante mencionar que assumi a coordenação em um momento em que estávamos ainda sob um governo ilegítimo, pós-golpe de 2016, que vinha dando claros sinais de retrocesso nos direitos individuais e coletivos, e tendo como protagonistas políticos-pastores de correntes neopentecostais atuando de modo a dar sustento ao governo provisório. Eu avalio que dei continuidade a uma gestão democrática, na qual a figura de coordenadora era importante, mas que não seguia uma hierarquia rígida, uma vez que os demais membros e colaboradores do OLÉ tinham autonomia para falar em nome de nosso coletivo.

André Fonseca: Por que é importante garantir a laicidade do Estado, isto é, a separação entre Estado e Igreja?

Cristiana Valença: A separação entre Estado e Igreja garante o exercício da democracia, pois assim a vida coletiva, suas normas, legislações, políticas públicas não são determinadas ou influenciadas por qualquer denominação religiosa. Essa separação traz uma isenção, uma neutralidade do Estado em termos de religião e com ela o direito à diversidade em seus múltiplos aspectos. Não há a imposição de nenhum modelo, dogma, ética ou moral que pertençam a um grupo religioso sobre os demais. No entanto, a laicidade que passou a ser atribuída ao Estado brasileiro é a associada ao que chamamos de “loteamento” dos espaços públicos entre grupos

religiosos, com a ideia de que essa representação seria a garantia de um Estado laico. E, com esse loteamento do espaço público, há aumento da pressão de grupos religiosos pela criação e/ou manutenção de leis que lhes confirmem facilidades financeiras e econômicas e lhes permitam expandir seus negócios, que não se restringem apenas ao “mercado da fé”. Nós, do OLE, compreendemos a laicidade como um processo em que, historicamente, o Estado está mais ou menos apartado das religiões. Também entendemos que a neutralidade e o apartamento do Estado em termos de religião não significam neutralidade no que se refere às ameaças às liberdades individuais e coletivas. Ao contrário, a regulação do Estado em prol da laicidade evita tanto que a máquina pública seja utilizada por determinada religião quanto a prática de racismo religioso contra minorias religiosas, por exemplo.

André Fonseca: Temos no poder um governante que representa uma coalisão que une pensamento ultraneoliberal na economia com reacionarismo extremado na pauta dos costumes. A consequência desse arranjo político, que saiu vitorioso nas últimas eleições, é a influência direta de políticos e líderes religiosos nas coisas de Estado, situação que ganha contornos muito claros nas inúmeras iniciativas de interferência nos currículos escolares e de tutela dos professores e professoras, por exemplo. Sendo uma especialista no tema da laicidade, como a senhora vê o atual cenário político?

Cristiana Valença: O Brasil é um país que nunca foi verdadeiramente laico. A Igreja sempre esteve em estreita associação com o governo e fez parte do jogo de poder. Atualmente, as Igrejas neopentecostais têm chamado a atenção por fazerem pressão, principalmente por meio da chamada bancada BBB,¹ no Congresso, mas a Igreja católica, historicamente, tem tradição nessa participação. A concepção de que a laicidade é um processo é entendida nessa relação de força entre as instituições religiosas e o Estado, visto que as instituições religiosas disputam terreno e poder de modo a se fazerem presentes nas instituições públicas. Nesse sentido, creio ser possível afirmar que estamos vivenciando um momento de maior afastamento do que seria esse ideal laico. Vivemos um momento de aprofundamento das relações entre Estado e religião no Brasil, que não se inauguram hoje, mas que, na conjuntura atual, dada a disputa em curso, aprofundam-se. Especialmente os praticantes de religiões de matriz africana têm sido perseguidos por praticantes de religiões cristãs fundamentalistas, muitas das quais estão em posição de poder, alinhadas a setores conservadores, que se sentem legitimados a praticar o racismo

religioso e outras formas de intolerância pelos discursos de ódio de seus representantes. No que se refere a parlamentares, congressistas e lideranças religiosas em estreita associação com esses representantes, vemos ataques às minorias, como a comunidade LGBTQI+, e às mulheres de maneira geral, em razão das pautas por elas defendidas, como direitos sexuais e reprodutivos, igualdade de salários, direito ao aborto seguro etc. No campo da educação é onde esses ataques se refletem, porque os currículos escolares podem ser instrumentos de repressão ou de empoderamento. Claro que os currículos quase sempre refletem o *status quo*, mas temos visto também diferentes iniciativas de modelos de educação que incluem o multiculturalismo, por exemplo, e que vêm chegando às escolas. Daí que esses avanços geram reações conservadoras na pauta dos costumes, dando lugar a falácias como a “ideologia de gênero”.

André Fonseca: E pensando mais o universo das escolas, qual a importância desse debate para a educação pública?

Cristiana Valença: Embates em torno do Estado laico e da laicidade têm ocorrido nas diferentes esferas, e o que se tem visto é a confusão, proposital ou não, entre os interesses privados e os coletivos, em geral com os privados se sobrepondo aos coletivos. Na instituição escola, a situação não é diferente. Não é de hoje que os sistemas educacionais públicos são alvo de disputa entre diferentes correntes religiosas, porque formam crianças e jovens, e, assim, as organizações escolares são o cenário perfeito para o proselitismo religioso de Igrejas em busca de fiéis e da expansão de seus domínios. Dessa forma, as Igrejas podem levar seus discursos diretamente aos jovens e, assim, ocupar a educação com seus valores, determinando uma educação excludente e discriminatória. É importante lembrar que há permissão oficial para a entrada das religiões nas escolas, pela via da educação religiosa, o que leva a uma permissão tácita para a presença de determinadas denominações religiosas dentro das escolas. No Rio de Janeiro, por exemplo, onde o modelo de ensino é o confessional, em escolas próximas ou dentro de comunidades carentes não é raro ver pastores pressionando as direções escolares para que os deixem frequentar o ambiente escolar, supostamente alegando interesse em ajudar na disciplina dos alunos. Há inúmeros relatos e registros Brasil afora de líderes religiosos influenciando a tomada de decisão das gestões escolares, fazendo proselitismo religioso nas escolas, provocando mudanças nos currículos escolares praticados, entre outras coisas. Além disso, em uma esfera macro, há inúmeras

tentativas de mudanças nos currículos escolares e de cerceamento da atividade docente, como os projetos de lei do Escola Sem Partido tramitando nas diferentes casas legislativas do país; exemplos de prefeitos que, influenciados por seus preceitos religiosos, pessoais, impuseram tentativas de censura de livros didáticos; enfim, exemplos não nos faltam de ataques à educação democrática, cujo pilar principal é a laicidade. Nesse sentido, defender a educação laica é extremamente importante, porque é ela que garante o respeito e o exercício da democracia, sendo pensada e realizada para todos e todas. Na escola pública laica, os temas não sofrem constrangimento religioso e não são cerceados por serem moralmente controversos, sendo discutidos com base em literatura científica. Na escola pública laica, o ensino e a educação não estão a serviço das crenças das famílias, nem de um tipo de reprodução de um modelo único de família.

André Fonseca: Na condição de professora da área de biologia do CEFET/ RJ, a senhora considera que o princípio da laicidade e mesmo o ensino da teoria da evolução têm sido impactados de algum modo em seu ambiente de trabalho?

Cristiana Valença: Em meu ambiente de trabalho, percebo pouco impacto no cotidiano, não há qualquer tipo de pressão dos gestores, não há o ensino religioso e o que pode haver são manifestações pontuais de estudantes, principalmente quando os temas da origem e evolução da vida são abordados. E isso, como já dito, faz parte do mundo social dos estudantes. Porém, é importante observar que minha escola é uma escola de educação profissionalizante da rede federal, com uma realidade bastante diferente da maioria das escolas de Ensino Médio do Rio. Nela, embora a clientela seja heterogênea do ponto de vista socioeconômico, os alunos ingressam mediante concurso público, e os professores são bem formados, a maioria com mestrado e doutorado, e sabem lidar com isso sem restringir a opinião dos estudantes. O mesmo não pode ser afirmado em relação às escolas estaduais, que correspondem a cerca de 85% das escolas do Rio. Assim como ocorre na maioria das escolas das outras unidades da Federação, essas sofrem grande pressão e influência do entorno escolar.

André Fonseca: Qual a importância de espaços de reflexão e de militância como o OLÉ nesse contexto de tantos ataques ao princípio da laicidade na educação?

Cristiana Valença: Penso que, por sermos um grupo de pessoas interessadas na questão da laicidade na educação pública, estamos sempre vigilantes em relação

aos ataques e retrocessos à laicidade do Estado e suas repercussões na escola pública. Desse modo, dispomo-nos não só a observar e registrar isso quanto a frequentar audiências públicas nas quais questões relacionadas com o ensino religioso são discutidas. Participamos de eventos acadêmicos e não acadêmicos em torno do tema, reunimo-nos para estudos e discussões acerca da conjuntura, produzimos materiais sobre a laicidade, fazemos ações nas escolas para esclarecimento sobre a importância da laicidade, pressionamos politicamente e compomos redes em torno do tema da laicidade com outros coletivos e segmentos da sociedade civil organizada. Eu não poderia deixar de mencionar que nosso portal na internet, ole.uff.br, constitui-se em farto repositório de materiais diversificados sobre a laicidade, com textos próprios, banco de teses, vídeos etc., sendo o OLE conhecido internacionalmente por isso, e nossa página no Facebook é a página de língua portuguesa sobre o tema com o maior número de seguidores no mundo. Isso nos mostra a importância que o debate sobre a laicidade alcançou nos últimos anos e como, mais do que nunca, temos que buscar conscientizar e aproximar as pessoas para a defesa da laicidade, compreendendo-a como fundamental para o Estado democrático de direito.

¹ A sigla “BBB” tem sido largamente utilizada em referência à força conjunta parlamentar formada pelas frentes ruralista (“do boi”), armamentista (“da bala”) e evangélica (“da Bíblia”). Embora cada frente tenha agendas específicas no Congresso Nacional, todas três estão alinhadas à direita e defendem pautas comuns no amplo espectro programático conservador.

Recebida em 01/04/2020, aceita para publicação em 26/04/2020.